



## GESTÃO DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL – O CASO DE UMA ESCOLA DE TURISMO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Juliane Aguilár de Castro Alves<sup>a</sup>, Fernando Toledo Ferraz<sup>b</sup>, José Augusto Kamel<sup>c</sup>

<sup>a</sup> Pesquisador do Laboratório de Jogos de Negócio da Incubadora de Empresas - COPPE/UF RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

<sup>b</sup> Coordenador do MBA em Gestão e Produção Cultural - FGV Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

<sup>c</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UF RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### Resumo

O modelo de interação empresa-sociedade vem sendo rediscutido amplamente sob a ótica do desenvolvimento local sustentável, partindo da premissa de que nenhuma organização da sociedade civil, com fins lucrativos ou não, pode sobreviver em um ambiente instável e desigual. Ao mesmo tempo, as empresas têm assumido cada vez mais o papel de provedoras de bens comuns e têm sido chamadas à atuação social tanto pelas comunidades quanto pelo próprio governo. Diante desse cenário e num contexto em que o exercício da responsabilidade social empresarial deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, a questão que se apresenta é como uma grande empresa poderá conciliar os interesses do seu negócio com as necessidades e expectativas do governo e das comunidades no seu entorno. Este trabalho teve por objetivo verificar a contribuição do investimento social privado para o desenvolvimento local por meio da atuação conjunta de uma grande empresa de energia e uma escola profissionalizante de turismo no município de Anchieta-ES. Para consecução do objetivo proposto optou-se pela pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, delimitando a amostra originalmente em seis instituições cuja atuação é voltada proeminentemente ao fomento do desenvolvimento local em suas comunidades e chegando até o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e o projeto da Escola Família Turismo (EFTUR). Foram entrevistados os gestores das instituições selecionadas e profissionais que atuaram e/ou atuam como gestores de projetos sociais.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social. Turismo. Desenvolvimento Local Sustentável

### 1. INTRODUÇÃO

O modelo de interação empresa-sociedade vem sendo rediscutido amplamente sob a ótica da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial. Em um cenário de papéis pouco definidos, as empresas têm assumido cada vez mais a função de provedoras de bens comuns e têm sido chamadas à atuação social tanto pelas comunidades quanto pelo próprio governo. Comunidades situadas no entorno de grandes corporações tendem fortemente a buscar na organização a solução para seus problemas, muitas vezes causados pela atuação deficitária dos organismos governamentais. O Estado sente-se confortável em delegar para empresas e sociedade civil boa parte das suas responsabilidades, sob argumentos como déficits de recursos humanos e financeiros e quebra da máquina pública. As instituições empresariais, por sua vez, vêm-se compelidas a responder às expectativas de promoção do

desenvolvimento local sem fugir do foco do seu negócio ou debilitar sua capacidade lucrativa.

Para Pfeiffer (2001), a parceria público-privado é possível, desde que sob certas condições. O envolvimento, tanto de empresas privadas quanto de organizações da sociedade civil, em atividades de competência das administrações públicas pode contribuir para a resolução de problemas relativos a carências e defasagens na apropriação social de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana, se realizado no contexto de governos que privilegiem a equidade e a justiça social nas intervenções públicas ou se realizado no contexto de iniciativas de cooperatividade sistêmica, em que todas as partes envolvidas cooperam entre si, beneficiando-se e beneficiando as partes que constituem o todo e também o meio em que ele se insere.

Dispostas a atender os anseios das suas partes interessadas<sup>1</sup>, diversas organizações empresariais

<sup>1</sup> Indivíduo ou grupo que tem um interesse em quaisquer decisões ou atividades de uma organização. Também chamados de *stakeholders* (NBR ISO 26000, 2010).



têm optado por realizar, como parte do exercício da responsabilidade social empresarial, o que se convencionou chamar de investimento social privado que “é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público” (GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS, 2011.). Os projetos financiados pelo capital privado podem ter naturezas e finalidades distintas e não necessariamente contribuirão para o desenvolvimento sustentável das localidades onde estão inseridos.

Neste estudo, foi analisada a atuação de uma grande empresa de energia no campo do investimento em projetos sociais, priorizando aquele que se destacou pela promoção do desenvolvimento local por meio de ações de fomento ao turismo regional no município de Anchieta, estado do Espírito Santo.

### 1.1 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho visa verificar a contribuição do investimento social privado para o desenvolvimento local por meio da atuação conjunta de uma grande empresa de energia e uma escola profissionalizante de turismo no município de Anchieta-ES. Por conseguinte, os objetivos específicos tratam de conhecer e compreender a atuação da empresa no âmbito da responsabilidade social empresarial e do investimento social privado; conhecer e compreender o cenário em que atua a escola de turismo e a metodologia que adota e identificar possíveis contribuições da atuação conjunta de empresa e organização não governamental para o desenvolvimento local da região em que a escola atua.

### 1.2 Justificativa e relevância do estudo

A cada ano tem aumentado o volume de recursos humanos e financeiros aportados pelas empresas em projetos de investimento social privado, a título de exercício da responsabilidade social empresarial. Apesar disso, em grande parte graças a uma indefinição de papéis e limites, persiste certa insegurança do empresariado sobre a eficácia e efetividade dos investimentos que têm realizado no campo social. Este trabalho se torna relevante na medida em que, a partir do estudo dos fatores que podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável, entre eles o investimento social privado, pretende fornecer subsídios que facilitem as decisões sobre aplicação de recursos de empresas privadas no desenvolvimento de projetos sociais, culturais e de incentivo ao turismo no estado do Espírito Santo.

### 1.3 Questões de estudo

Este trabalho buscou responder como o investimento social privado pode contribuir para o desenvolvimento local por meio do fomento ao turismo sustentável.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 Tipo, métodos e estratégias

Este estudo originou-se de outro de maior amplitude amostral (ALVES, 2012), em que optou-se pela pesquisa exploratória, de natureza qualitativa. Segundo Sampieri:

Los estudios exploratorios se efectúan, normalmente, cuando el objetivo es examinar un tema o problema de investigación poco estudiado o que no ha sido abordado antes. Es decir, cuando la revisión de la literatura reveló que únicamente hay guías no investigadas e ideas vagamente relacionadas con el problema de estudio (SAMPIERI, 1994).

A pesquisa exploratória é orientada para a descoberta e é especialmente útil quando o pesquisador não dispõe de muitas informações, tampouco tem a intenção de testar hipóteses específicas de pesquisa (HAIR JR, 2007). A despeito da aparente despreensão da pesquisa exploratória, é possível produzir estudos qualitativos com alto rigor científico e capacidade explicativa graças, em grande parte, ao acelerado desenvolvimento das Tecnologias da Informática e da Comunicação. No campo das pesquisas sociais, os números e estatísticas podem não ser as ferramentas mais adequadas à compreensão das ideologias e representações, tornando as técnicas qualitativas mais apropriadas (DOS SANTOS, 2009).

De acordo com Hair Jr (2007), “uma completa revisão da literatura pode ser muito vantajosa para uma melhor compreensão de uma questão”. Para o trabalho original, utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental em fontes secundárias e foram realizadas entrevistas pessoais semiestruturadas com os gestores das instituições selecionadas na amostra da pesquisa e gestores de projetos sociais na empresa de energia estudada. Alguns membros das comunidades onde os projetos aconteceram também foram entrevistados.

O universo da pesquisa original é composto por 54 organizações da sociedade civil que tiveram um ou mais projetos financiados no estado do Espírito Santo, entre 2003 e 2010, por uma grande empresa nacional do setor de energia. Para delimitação da amostra, levou-se em consideração o objetivo da pesquisa, elegendo, entre as 54 instituições, cinco, cujas atuações são voltada proeminentemente ao fomento do desenvolvimento local em suas comunidades.

Durante a realização das entrevistas aos gestores de projetos sociais da empresa, os nomes de mais algumas organizações não governamentais foram lembrados como boas referências na promoção do desenvolvimento local. Entre essas instituições, destaca-se o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), escolhido como amostra para este estudo complementar, selecionado para integrar a edição especial da Revista Sistemas e Gestão que trata do assunto Engenharia de Produção do Entretenimento. O projeto da Escola Família Turismo



(EFTUR), implementado pelo Mepes, foi destacado pelos entrevistados como caso de sucesso por sua capacidade de promover inserção social e profissional dos participantes, além de desenvolver a habilidade empreendedora de grande parte deles.

Figurando entre os municípios com melhores índices de desenvolvimento no estado do Espírito Santo, conforme é possível observar nas tabelas a seguir, Anchieta está diante de um “boom” de crescimento econômico e populacional que pode modificar drasticamente essa situação. Seguindo o plano de interiorização de investimentos do Estado, o município do sul, outrora famoso apenas por suas belezas naturais e vocação religiosa, depara-se agora com a perspectiva de atração de novos investimentos e geração de novos postos em volume considerável. Com a carência de mão-de-obra especializada, boa parte desses postos de trabalho será ocupada por forasteiros cuja presença trará impactos em diversos aspectos, desde a especulação imobiliária até o aumento da demanda por serviços públicos. Diante desse cenário, o desafio de melhorar ou, ao menos, manter a sua posição de cidade relativamente desenvolvida cresce ainda mais para Anchieta.

De acordo com dados extraídos do site da prefeitura municipal, entre outras coisas, haverá uma crescente demanda por serviços de hotelaria e restaurantes e, nesse ponto, entra a importante contribuição da Escola Família Turismo, oferecendo gratuitamente curso profissionalizante pós médio em Gestão de bares e restaurantes, nos turnos matutino e vespertino.

Tabela 1 – IDH-Municipal<sup>1</sup> dos municípios da área de influência da empresa de energia estuda

| Município          | IDHM<br>1991 | IDHM<br>2000 |
|--------------------|--------------|--------------|
| <b>Anchieta</b>    | <b>0,684</b> | <b>0,785</b> |
| Aracruz            | 0,703        | 0,772        |
| Cariacica          | 0,673        | 0,75         |
| Conceição da Barra | 0,584        | 0,688        |
| Fundão             | 0,679        | 0,752        |
| Guarapari          | 0,692        | 0,789        |
| Itapemirim         | 0,601        | 0,687        |
| Jaguare            | 0,629        | 0,691        |
| Linhares           | 0,674        | 0,757        |
| Marataizes         | 0,634        | 0,724        |
| Piúma              | 0,685        | 0,776        |
| Presidente Kennedy | 0,586        | 0,674        |
| São Mateus         | 0,642        | 0,73         |
| Serra              | 0,693        | 0,761        |
| Vila Velha         | 0,759        | 0,817        |
| Vitória            | 0,797        | 0,856        |

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2011

Tabela 2 – Índices socioeconômicos do município de Anchieta – ES.<sup>1</sup>

| Índices  | Valor  | Posição no ranking estadual |
|--|--------|-----------------------------|
| Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - 2000     | 0,785  | 6º                          |
| Índice de Desenvolvimento Social (IDS) - 2000                | 0,6684 | 23º                         |
| Índice Fijan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - 2005      | 0,7633 | 10º                         |
| Índice de Carência em Saneamento Básico Rural (ICSR) - 2000  | 0,681  | 4º                          |
| Índice de Carência em Saneamento Básico Urbano (ICSB) - 2000 | 0,660  | 28º                         |
| Índice de Desenvolvimento Urbano (IDU) - 2009                | 0,514  | 8º                          |
| Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) - 2004              | 0,844  | 3º                          |

Fonte: Prefeitura Municipal de Anchieta: Dados socioeconômicos, 2012

Elaboração: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES.

Tabela 3 – Empregos formais segundo atividade – Anchieta – ES.

| Atividade (Seção CNAE 2.0)                                     | Vínculos     | %             |
|--|--------------|---------------|
| <b>Total</b>   | <b>5.774</b> | <b>100,00</b> |
| Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura | 227          | 3,93          |
| Indústrias extrativas  | 984          | 17,04         |
| Indústrias de transformação                                    | 579          | 10,03         |
| Construção   | 583          | 10,10         |
| Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas     | 473          | 8,19          |
| Transporte, armazenagem e correio                              | 135          | 2,34          |
| Alojamento e alimentação                                       | 354          | 6,13          |
| Atividades de informação e comunicação                         | 9            | 0,09          |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados     | 32           | 0,55          |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas               | 29           | 0,50          |
| Atividades administrativas e serviços complementares           | 468          | 8,11          |
| Administração pública, defesa e seguridade social              | 1.719        | 29,76         |
| Educação   | 5            | 0,09          |
| Saúde humana e serviços sociais                                | 9            | 0,16          |
| Artes, cultura, esporte e recreação                            | 7            | 0,12          |
| Outras atividades de serviços                                  | 165          | 2,86          |

Fonte: Prefeitura Municipal de Anchieta: Dados socioeconômicos, 2012

Elaboração: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES.

### 3. ATUAÇÃO DA EMPRESA EM RESPONSABILIDADE SOCIAL

#### 3.1 Estratégia corporativa e política de responsabilidade social da empresa

Segundo a própria empresa, crescimento integrado, rentabilidade e responsabilidade socioambiental são as palavras-chave de sua estratégia corporativa. A partir dessas premissas, foram construídas sua Missão e Visão, com olhos atentos ao cenário nacional e mundial.

##### Missão

*“Atuar de forma segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua”.*

<sup>2</sup> IDH – Municipal: É obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda). Para tanto, são determinados os valores de referência mínimo e máximo de cada categoria, que serão equivalentes a 0 e 1, respectivamente, no cálculo do índice. Os subíndices de cada município serão valores proporcionais dentro dessa escala: quanto melhor o desempenho municipal naquela dimensão, mais próximo o seu índice estará de 1.



## Visão 2020

*“Seremos uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo e a preferida pelos nossos públicos de interesse”.*

Em sua política de responsabilidade social, a empresa relaciona oito valores que considera fundamentais, entre eles o desenvolvimento sustentável. Tal valor é descrito pela empresa como a forma de conduzir seus negócios e atividades com responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Nacionalmente, a empresa é participante de diversos acordos e pactos de cooperação, a semelhança do Pacto Global<sup>3</sup> e do Programa pró-equidade de gênero<sup>4</sup>. Participa ainda de programas de capacitação de mão-de-obra e desenvolvimento de fornecedores. Mais recentemente, a companhia tem investido na implantação de um programa de fomento à construção de agendas 21 comunitárias, que considera reflexo do seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável. A iniciativa é desenvolvida em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e visa fomentar o fortalecimento e/ou construção de agendas 21 nos municípios que fazem parte do programa. A empresa acredita que conjugando todos esses esforços mais o patrocínio aos projetos sociais, ambientais, culturais e de esporte educacional irá contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua.

No âmbito da sua atuação no estado do Espírito Santo, além da participação em programas de capacitação de mão-de-obra e desenvolvimento de fornecedores, a empresa realiza um programa local de investimento em projetos sociais escolhidos por meio de seleção pública e iniciará em breve as ações do programa de fomento à criação das agendas 21.

## 3.2 Gestores de projetos sociais

### 3.2.1 Caracterização

Foram entrevistadas quatro pessoas que integraram, não necessariamente ao mesmo tempo, a equipe do programa local de investimento social no estado do Espírito Santo.

O primeiro entrevistado, ENT1, é formado em Relações Públicas. Não trabalhou diretamente como gestor de projetos sociais, mas como gestor de programas de investimento social da empresa por aproximadamente três anos, dois dos quais à frente do programa local. A segunda entrevistada,

<sup>3</sup> Iniciativa voluntária proposta pelo ex-Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, pautado em 10 princípios que estimulam a comunidade empresarial internacional a adotar valores fundamentais de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

<sup>4</sup> Programa do governo federal que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em empresas e instituições e desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.

ENT2, é fluminense, também formada em Relações Públicas. Atuou no Rio de Janeiro e em Minas Gerais antes de vir para a capital do Espírito Santo. Está há onze anos na empresa e participou do programa de seleção pública de projetos sociais desde a sua concepção. Foi a integrante da equipe que mais tempo permaneceu no programa, deixando-o em 2010 para passar a atuar em outra frente de investimento social da companhia, dessa vez obrigatório, com a gestão dos projetos sócioambientais oriundos de condicionantes e compensações dos empreendimentos da empresa. Foi ouvida também a administradora de empresas capixaba que será denominada ENT3. Sua atuação no programa aconteceu entre 2005 e 2011, perpassando 3 ciclos de seleção e financiamento de projetos sociais. Atualmente, a entrevistada atua na mesma gerência responsável pelo programa, coordenando outras ações de relacionamento com comunidades. Por fim, a entrevistada ENT4, economista, natural de Cachoeiro do Itapemirim-ES. Sua experiência com o programa de investimento social privado da empresa concentrou-se na concepção e formatação do mesmo e nos dois primeiros ciclos de seleção e financiamento de projetos sociais, entre 2003 e 2006. A entrevistada é, atualmente, gerente de Recursos Humanos na companhia.

### 3.2.2. Da forma como a empresa toma as decisões sobre investimentos sociais

Atualmente, as decisões sobre investimento social da empresa estudada são pautadas em uma Sistemática de Investimentos Sociais e em sua Política de responsabilidade social. Embora a Unidade no Espírito Santo tenha pouca autonomia no que diz respeito aos critérios, a definição de recursos financeiros aportados e a metodologia de acompanhamento da realização do investimento podem ser definidos localmente.

A respeito da escolha de projetos sociais por meio de seleção pública, o entrevistado ENT1 disse considerar uma forma transparente e efetiva de investir grandes quantias em projetos espalhados por muitos lugares, mas ponderou que tal processo tem problemas quanto à democratização do acesso ao recurso, tendo em vista a promoção da competitividade entre as organizações sociais e a falta de igualdade de condições técnicas dos participantes. Para sua colega, ENT3, a seleção pública é uma forma adequada de escolha de projetos, uma vez que permite que todos participem à luz dos mesmos critérios e formas de medição. Ainda que algumas instituições estejam mais preparadas que outras, as regras são as mesmas para todos. A recente experiência de ENT2 com projetos demandados por condicionantes e compensações ambientais levou-a a concluir que, priorizando a seleção pública como forma de escolha dos projetos que irá patrocinar, a empresa se desconecta da real necessidade das comunidades e priva-se de escutá-las, incorrendo no risco de realizar um investimento que se mostre pouco efetivo no retorno em



promoção do desenvolvimento sustentável e transformação social. De acordo com ENT2, o órgão ambiental federal “parece ter mais visão de responsabilidade social do que a empresa porque a obriga a fazer oficinas, ouvir a comunidade e daí eleger o projeto prioritário”. Nesse sentido, existem então o Programa de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) e o Programa de Educação Ambiental (PEA). Ambos possuem linhas de atuação que privilegiam a proposição participativa de projetos sociais. Enquanto o PCAP trabalha basicamente com comunidades pesqueiras<sup>5</sup>, o PEA trabalha com comunidades em geral, na área de influência direta da Unidade no estado do Espírito Santo. Em certa medida, o entrevistado ENT1 concordou com o posicionamento de ENT2 quando disse que falta à empresa o desenvolvimento de projetos em parceria com a comunidade. O entrevistado mencionou que esse fato tende a mudar com a consolidação do programa de construção de agendas 21, ainda em fase inicial. Por outro lado, essa discussão tem ganhado corpo em outras frentes, como, por exemplo, no âmbito dos projetos de investimento de negócio da companhia. Na opinião de ENT1, a empresa é muito grande e está descobrindo outros caminhos e amadurecendo sua política de responsabilidade social e investimento social.

### 3.2.3 *Dos fatores de sucesso ou insucesso do investimento social privado*

Para a empresa, o investimento social é bem-sucedido quando se reverte em benefícios permanentes ou transformação de uma determinada comunidade. Com a experiência acumulada na gestão do programa local de investimento social, os entrevistados identificaram que a presença ou ausência de determinados fatores favoreceu ou dificultou o êxito dos projetos sociais patrocinados pela companhia, sobretudo aqueles que se propuseram a fomentar o desenvolvimento local sustentável. Segundo os entrevistados, algumas instituições conseguem claramente aproveitar melhor a oportunidade do patrocínio do que outras, não somente capitalizando o recurso financeiro, como aproveitando e buscando novas oportunidades que surgiram consequência da associação com a marca da empresa.

Liderança, ou melhor, articulação, representou o principal fator de sucesso dos projetos sociais patrocinados até aqui, na opinião de ENT1. Segundo ele, a capacidade de articulação, independente do grau de instrução ou escolaridade, foi o fator determinante para o sucesso das ações e a falta dessa habilidade na organização quase sempre culminou no fracasso do projeto. Em raríssimos casos, fatores externos inviabilizaram uma iniciativa. Os problemas, em sua grande maioria, foram de caráter endógeno. Os demais entrevistados compartilharam da mesma opinião. A entrevistada ENT2 citou, como exemplos

de parcerias frequentemente articuladas pelas instituições, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Instituto Capixaba de Pesquisa Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Sistema S etc. Também foram lembradas, como fatores de sucesso, a mobilização comunitária e a capacidade organizativa da instituição. As instituições mais bem preparadas, com boa capacidade de gestão dos seus ativos, mostraram-se mais eficientes no aproveitamento da relação patrocinador-patrocinado.

Os entrevistados ENT2 e ENT3 registraram que a presença de interesses pessoais e/ou políticos no contexto do projeto pode contribuir para seu fracasso, mas, por outro lado, falta de articulação com o poder público também se constituiu frequentemente em fator de insucesso ou, minimamente, gerador de dificuldades. Daí infere-se que a participação política é importante desde que se estabeleça no âmbito organizacional e comunitário e não no âmbito pessoal, ou melhor, dos interesses pessoais.

Além de todos esses aspectos relacionados à atuação das organizações sociais e ao desempenho da própria comunidade na execução dos projetos patrocinados, algumas características da atuação da empresa também podem dificultar ou facilitar a realização e êxito do Investimento Social Privado (ISP).

No caso da empresa de energia, um dos principais entraves apontados pelos entrevistados foi e tem sido a burocracia interna. O tecnicismo da empresa e o elevado grau de exigência na apresentação de projetos, por um lado entregam conhecimento para a comunidade e estimulam o desenvolvimento intelectual, mas por outro podem dificultar o acesso de algumas instituições à fonte de recursos por conta da complexidade do formulário de apresentação de projetos. A burocracia leva também a uma perda de valor econômico do investimento. Ainda foi citada, como fator dificultador na relação entre empresa-ONGs, a barreira erguida pelas diferenças de linguagem. Além disso, a comunicação pode ser dificultada pela diferença nos recursos de comunicação utilizados. Enquanto a empresa dispõe de modernas tecnologias de comunicação a seu serviço, algumas organizações sociais padecem ser ter nem mesmo acesso a telefone ou internet. Os entrevistados lembraram casos em que a comunicação com o projeto precisava ser feita por telefone público ou recados deixados com vizinhos. Como ponto positivo dessa relação, está o envolvimento da empresa para além do aporte de recurso financeiro, seja fomentando a articulação de parcerias, seja preocupando-se com a sustentabilidade do projeto.

### 3.2.4 *A presença do capital social como propulsor do desenvolvimento local*

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que a presença de capital social em uma comunidade favorece significativamente o desempenho de projetos de

<sup>5</sup> Público-alvo prioritário da empresa em razão do compartilhamento do espaço em mar.



desenvolvimento local. Sobre a possibilidade de fomentar o surgimento do capital social em localidades onde ele não está naturalmente presente, a entrevistada ENT4 citou estudos sociológicos recentes que consideram que o tecido social está se esgarçando. O individualismo tem prevalecido nas relações humanas, ainda que as pessoas compartilhem espaços comuns. Sob essa ótica, afirmou não saber se a presença de uma liderança forte seria suficiente para fomentar o capital social. Na opinião de ENT4, sem fazer referência apenas aos aspectos de desenvolvimento econômico, seria mais viável incluir pelo mercado que pelo fomento de capital social. Ela exemplificou dizendo ser mais fácil chegar a uma comunidade onde não existe nenhum capital social instalado via projeto de geração de renda do que trabalhar o desenvolvimento político dessa comunidade. O fator econômico funcionaria então como um catalisador do processo de fomento do capital social. De acordo com Willers, Lima e Staduto (2008), o desenvolvimento econômico está diretamente ligado à emergência do potencial do capital social local e, a partir da década de 1990, fica evidente a existência de forte relação entre o capital social e a formação de arranjos produtivos locais que possibilitam às empresas e aos empreendedores terem mais condições de sobrevivência de modo competitivo e sustentado.

Os demais entrevistados defenderam que uma organização ou liderança comunitária com capacidade de articular e atrair pessoas para uma mesma causa pode impulsionar o surgimento de capital social em comunidades em que seja tímido, esteja ausente ou, de acordo com ENT2, esteja adormecido.

Trigilia (2001) trata de convergir os dois pontos de vista ao considerar que, embora seja fundamental a existência de capital social para a promoção do desenvolvimento local, a atuação de agentes externos à localidade também pode contribuir de forma decisiva no processo de desenvolvimento. O incentivo financeiro de atores exógenos, o compartilhamento de conhecimento e a força de mobilização podem, inclusive, fomentar o surgimento e fortalecimento do capital social em lugares onde ele não surgiu naturalmente.

### 3.2.5 *Da possível contribuição da empresa para o desenvolvimento local sustentável*

Na opinião de ENT1, a maior contribuição dos projetos é para promoção de algumas melhorias nas comunidades, para discussões que gerem melhorias, mas considera questionável a contribuição para o desenvolvimento sustentável. Segundo ele, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável é difícil de defender. “Ainda não temos a resposta sobre se é possível promover um desenvolvimento econômico, igualitário, que não gere escassez de recursos numa comunidade, num país ou no planeta”.

A entrevistada ENT2, por sua vez, defendeu a contribuição do ISP para o desenvolvimento sustentável das comunidades por meio do recurso financeiro e do envolvimento no processo de articulação de parcerias, da preocupação da empresa com a sustentabilidade dos projetos e das organizações e da realização de esforços que vão além do repasse de capital financeiro para que o projeto, independente da forma como entrou na empresa, seja por seleção pública ou condicionante ambiental, tenha êxito no que se propôs a fazer. Ela ponderou que, em sua opinião, a empresa, por ora, tem apenas financiado projetos, mas ainda não está no caminho para contribuir para o desenvolvimento sustentável. Antes de tudo, precisa investir na capacitação de pessoal para atuar em elaboração de projetos participativos e cooperativos. Segundo a entrevistada, há carência de pessoal qualificado no mercado nacional e essa tem sido a maior dificuldade da empresa na implantação de projetos dessa natureza.

Como condição à promoção do desenvolvimento por meio do ISP, ENT3 observou que é necessário que a empresa estimule a mobilização comunitária e capacidade de articulação, fatores preponderantes de sucesso nos projetos de fomento ao desenvolvimento local. A entrevistada disse ser possível essa contribuição, embora considere difícil medi-la. Ela afirmou que é preciso também que a instituição que recebe o recurso aplique-o de modo a promover ações que redundem em desenvolvimento para a comunidade. Segundo a entrevistada, ao receber um investimento financeiro, um projeto pode melhorar suas ações, multiplicá-las, potencializá-las e, a partir desse impulso, colocar em prática suas atividades de forma que as ações proporcionem uma transformação real na vida da comunidade, mas se o aporte de capital não encontrar uma instituição preparada para geri-lo e conduzir ações de promoção do desenvolvimento local, o projeto que ela realiza não trará nenhuma mudança. Além desses aspectos, ENT3 considerou que comunidade, setor privado e poder público também precisam estar envolvidos de modo que possam contribuir para esse desenvolvimento, ou seja, “é preciso que todos os atores cumpram seu papel e estejam conectados”.

A entrevistada ENT4, corroborando a opinião de sua colega, afirmou que, em tese, o ISP é muito eficiente na promoção do desenvolvimento local sustentável quando encontra uma organização bem fundamentada, com gestão eficiente, princípios e propósitos alinhados às premissas de desenvolvimento local. ENT4 ponderou sobre o papel da organização de agir na interface entre o público e o privado. “Quando ela faz essa interface de captar recurso privado para investir no bem público, ela atende integralmente o seu papel”. Do lado do investidor, a estruturação clara do propósito do programa de investimento social favorece projetos de promoção do desenvolvimento. Se houver o



propósito de promover o desenvolvimento local, isso irá se refletir na estratégia e nos critérios de escolha dos projetos que serão patrocinados pela empresa. Confirmando sua posição como economista e gestora em uma grande empresa, a entrevistada ENT4 ponderou que ter uma estratégia de ISP é fundamental do ponto de vista de quem investe. Do ponto de vista de quem aplica o recurso, um ponto fundamental para se fazer desenvolvimento local é que a organização tenha adesão e aderência da comunidade em que atua. A entrevistada citou que há muitas organizações sociais que são fruto do sonho de uma pessoa, geralmente muito dedicada e abnegada, mas que não tem qualquer respaldo da comunidade e sem isso não se faz desenvolvimento local. ENT4 destacou que a organização possui uma estratégia de investimento social, mas esta não é voltada para a promoção do desenvolvimento local. Segundo ela, atualmente vigora na empresa uma estratégia de investimento em assistência social. Ela comentou que consegue perceber mais desenvolvimento local no programa de investimento ambiental que no programa de investimento social ou até mesmo em ações que estão fora desse universo, a exemplo do Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo (PROMINP). Na opinião da entrevistada, iniciativas de desenvolvimento de fornecedores locais, redes de fornecedores perpassam mais o desenvolvimento local que os programas de investimento social em si. Segundo ela, não se trata absolutamente de algo ruim, trata-se apenas de uma escolha. Para ENT4, as organizações que atendem crianças, adolescentes, mulheres e até mesmo as que promovem projetos de geração de renda também têm uma atuação importante na sociedade, mas fez questão de ressaltar que essas iniciativas não são desenvolvimento local.

A entrevistada ENT4 constatou que a empresa já desenvolve diversas ações de incentivo ao desenvolvimento local, contudo, não se tem ainda na empresa a visão unificada do conjunto dessas ações. Ponderou ainda que o fato de já estar presente na missão da companhia a contribuição para o desenvolvimento das comunidades firma um compromisso da alta direção da empresa com essa forma de atuação. "(...) mas eu acho muito poderoso quando na descrição da missão, da visão traz a questão do desenvolvimento das comunidades. Cria uma visão muito clara, um compromisso muito forte da alta direção."

Para a entrevistada ENT4, do ponto de vista do ISP, a atuação da empresa em investimento em projetos de desenvolvimento sustentável é circunstancial. Deve-se muito mais a uma conjunção de fatores favoráveis que a uma opção voluntária da organização.

#### 4. MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO (MEPES) E ESCOLA FAMÍLIA TURISMO (EFTUR)

##### 4.1 Caracterização

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) é uma instituição filantrópica fundada em 1968 pelo jesuíta italiano Pe Humberto Pietrogrande. Sua sede administrativa está localizada em Anchieta – ES. O principal objetivo da instituição é a promoção integral da pessoa humana. Para alcançá-lo, o Mepes empreende ações de promoção e desenvolvimento da cultura por meio da ação comunitária relacionada com os interesses da atividade agrícola e, sobretudo, do desenvolvimento pessoal do agricultor, desde o aspecto da religião, passando pelo intelectual, sanitário, técnico, econômico e ambiental.

A atuação do Mepes se dá por meio do hospital maternidade mantido pela instituição, creches e Escolas Família que trabalham orientadas pela Pedagogia da Alternância<sup>6</sup> e entre as quais está a EFTUR.

Embora a vocação inicial e principal do Movimento seja o investimento na promoção do pequeno agricultor, em 2004, buscando novos caminhos para o desenvolvimento comunitário, o Mepes e a deram início ao processo de constituição de uma escola profissionalizante em Turismo, de inspiração humanista e nos mesmos moldes da Pedagogia da Alternância já adotada pelas Escolas Família Agrícola. A criação da escola demandou uma busca por parcerias com outras escolas de Turismo e entidades educacionais. Por meio da Associazione Amici Dello Stato Brasileiro Espírito Santo (AES-CCC), foi possível estabelecer contato e parceria com o Istituto Professionale Di Stato Per I Servizi Alberghieri E Della Ristorazione Guiseppe Maffioli (IPSSAR), ambas instituições italianas. A parceria resultou na assinatura de um acordo de cooperação técnica entre Mepes e IPSSAR, que possibilitou o acompanhamento do processo de implantação da EFTUR por profissionais do IPSSAR e a formação e intercâmbio de monitores entre Mepes, IPSSAR e Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI)<sup>7</sup>.

Durante a fase de implantação e consolidação da EFTUR, foram feitas palestras de apresentação da escola para comunidade e empresários da região do litoral sul do Espírito Santo e reuniões de articulação com representantes dos órgãos municipais de Educação, Cultura, Turismo e Desenvolvimento dos municípios de Anchieta, Piúma e Iconha.

<sup>6</sup> Metodologia própria em que o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, no meio e na escola, ligados entre si por meio de instrumentos pedagógicos específicos que possibilitam a conjunção entre comunidade, pedagogia, formação integral e profissionalização.

<sup>7</sup> Organização irmã do Mepes, também fundada pelo Pe Humberto Pietrogrande nos mesmos moldes da primeira, sediada em Teresina – PI. A FUNACI implantou no Piauí uma EFTUR no mesmo modelo da escola do Espírito Santo.



### Missão da EFTUR

*“Utilização do ensino do turismo como vetor de encontro de culturas e intercâmbio, através da formação do indivíduo dentro de uma visão humanística, globalizada e multidisciplinar, buscando a mudança de comportamento da comunidade, gerando melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento”.*

### Objetivo de Formação da EFTUR

*“Ofertar curso em conformidade com as Leis Educacionais Nacionais, adotando uma metodologia própria (Pedagogia da Alternância) voltada para o meio turístico e a realidade regional onde está inserido, promovendo a habilitação de profissionais de nível técnico em turismo, com ênfase em hotelaria e gastronomia”.*

A EFTUR pretende oferecer aos seus alunos formação integral, levando em consideração seus conhecimentos prévios e especificidades locais e estimulando o empreendedorismo. A matriz curricular do curso está estruturada para formar agentes de desenvolvimento local, atendendo às necessidades operacionais da área do Turismo na região de Anchieta e adjacências e proporcionando aos alunos a possibilidade de estabelecer-se em sua cidade por meio da elevação da empregabilidade. O curso é oferecido em conformidade com os parâmetros curriculares do Ministério da Educação (MEC) e é autorizado pela Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (SEDU).

#### 4.2 O projeto Escola Família Turismo – EFTUR

Em busca de parceiros financiadores que viabilizassem a implantação do projeto da Escola Família Turismo de Anchieta, o Mepes apresentou uma proposta no processo de seleção pública de projetos sociais da empresa de energia e foi contemplado com um convênio de dois anos para estruturação física e oferta gratuita de cursos profissionalizantes na área de hotelaria e gastronomia.



Foto 2 – Aula prática



Foto 3 – Aula prática – ornamentação com frutas.



Foto 1 – Aula prática – bar



Foto 4 – Aula prática



Foto 5 – Aula prática



Foto 6 – Aula prática



Foto 7 – Turma de alunos<sup>7</sup>

#### 4.3 Dos resultados do projeto patrocinado, seus avanços e dificuldades

O projeto patrocinado pela empresa de energia aconteceu entre 2006 e 2008 e teve por objetivo “desenvolver o crescimento do turismo na região, oferecendo cursos de treinamento técnico em hotelaria, gastronomia e turismo, promovendo a profissionalização e gerando melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento local”. Durante esse período, foram atendidos 224 alunos em 2 turmas de qualificação com duração de 6 meses e 6 turmas de curso profissionalizante com duração de 1 ano. No mesmo período, foram capacitados 12 monitores para utilização da metodologia da Pedagogia da Alternância.

O Mepes relatou diversos avanços e conquistas por meio do projeto patrocinado pela empresa de energia, entre os quais a estruturação e adequação física do prédio onde funciona a escola, incluindo um restaurante laboratório que abre às sextas-feiras para almoço, proporcionando aprendizado prático e estreitamento das relações com a comunidade e empresariado local. A instituição inclui na lista das conquistas obtidas por meio do projeto a aproximação e oportunidade de parcerias com empresários locais e poder público municipal, maior interesse do empresariado pela profissionalização do Turismo na região e o despertar do espírito empreendedor de alguns alunos, com consequente abertura de novos negócios e oferta de serviços, sobretudo na área de alimentação.

Para fins desse trabalho, foi entrevistada a senhora Ludmila Dutra de Souto Gatti, profissional especialista em Turismo e coordenadora do projeto patrocinado. A entrevistada considera bem sucedido o projeto da Escola Família Turismo por ter alcançado seus objetivos sem perder de vista a missão e propósitos do Mepes. Entre os aspectos que contribuíram para o sucesso do projeto, a entrevistada cita o planejamento participativo e o comprometimento

<sup>7</sup> Todas as fotos foram cedidas pela empresa e fazem parte do seu banco de imagens.



de alunos, professores, comunidade e parceiros com o desenvolvimento de um projeto pioneiro na região. Outro aspecto citado foi a criação de um grupo gestor que se dedica a buscar e manter parcerias e propor novas melhorias e inovações para a EFTUR. A atuação desse grupo, segundo a entrevistada, permite um aumento na sinergia cooperatividade dos participantes. Foi pontuada como ganho uma mudança na cultura da atividade do Turismo na região, agora voltada à promoção do indivíduo com vistas ao desenvolvimento local e sustentável.

A entrevistada apontou algumas dificuldades enfrentadas pelo projeto, como a carência de pessoal qualificado para atuar como monitores da escola, resolvida por meio da parceria com o IPSSAR para formação desses profissionais. Também foi relatada uma desconfiança inicial que se traduzia em pouco apoio da comunidade à iniciativa. A solidez e confiabilidade do Mepes e o desenvolvimento de ações de aproximação foram necessários para a aceitação da EFTUR por parte dos seus públicos de relacionamento. A forma de gestão participativa que a escola empreendeu contribuiu de forma decisiva para sua consolidação na região, alcançando, por fim, o interesse coletivo, a empatia e a solidariedade apontados por Pateo e Sígolo (2006) como fatores de favorabilidade ao desenvolvimento sustentável. Pelo relato da entrevistada e informações obtidas junto à empresa, pode-se observar também que todos os aprendizados foram incorporados e a participação ativa da comunidade nas ações e decisões acerca do projeto contribuiu para o êxito e continuidade do mesmo, corroborando o que dizem Lima, Marinho e Brand (2007) a respeito do desenvolvimento local, identificado pelos autores como um processo de melhoramento geral da qualidade de vida e do bem-estar de uma comunidade, respeitando-a em todos os aspectos, desde a identificação das suas reais necessidades até suas formas de expressão cultural.

Atualmente, de acordo com a coordenadora do projeto, as necessidades são a continuidade de inovação e aplicação da Pedagogia da Alternância, manutenção das parcerias e financiamentos e a inserção dos egressos no mercado de trabalho como empreendedores.

## 5. CONCLUSÃO

O município de Anchieta está diante de um movimento ascendente de crescimento econômico que não necessariamente se reverterá em desenvolvimento local. A empresa de energia, por sua vez, está fortemente presente nesse cenário como parte interessada no processo de crescimento e desenvolvimento da localidade.

O investimento realizado pelas empresas em projetos sociais tem sido comumente associado à responsabilidade social empresarial. De fato, o investimento social privado constitui-se numa parte importante do exercício da RSE,

contudo, conforme demonstrado pela ISO 26000 (2010), há outras partes interessadas além das comunidades e há inúmeros outros aspectos no relacionamento da empresa com esses públicos que precisam ser cuidadosamente pensados e trabalhados pela organização. Ainda de acordo com a norma, todo esforço feito pela empresa no sentido de adequar as suas operações e forma de atuação aos princípios da responsabilidade social, deve resultar na maximização da contribuição da empresa para a promoção do desenvolvimento sustentável do espaço em que atua (NBR ISO 26000, 2010).

Durante a entrevista com a coordenadora do projeto da EFTUR, foi possível perceber a presença de elementos considerados por diversos autores como relevantes para a promoção do desenvolvimento local, como a participação e o empoderamento da comunidade, por exemplo. Martins (2002) acredita que o diferencial do desenvolvimento local está na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas beneficiária do processo, mas reconhece que esse talvez seja o maior desafio a ser enfrentado por qualquer estratégia de desenvolvimento. Nesse sentido, a presença de espaços coletivos de debate e tomada de decisão, a exemplo dos relatados pelos gestores dos projetos sociais, favoreceriam substancialmente a consecução dos objetivos de desenvolvimento.

Analisando paralelamente a percepção dos profissionais da empresa de energia a respeito da forma de atuação social da empresa, pode-se depreender que a contribuição da organização para o desenvolvimento local sustentável existirá se o projeto patrocinado for exitoso na consecução desse fim. Em um determinado momento, a discussão girou em torno da melhor forma de escolher os projetos sociais que seriam patrocinados pela empresa. Se a seleção pública ou a construção participativa favoreceriam mais ou menos a opção por projetos que promovessem desenvolvimento local; contudo, revendo o que foi dito por alguns gestores das organizações sociais, percebe-se que a participação das pessoas nas decisões a respeito do que é prioritário e que tipo de projeto desejam ver acontecer em sua comunidade não passa necessariamente pela forma como a empresa se posiciona quanto à escolha das iniciativas que apoiará. Apesar disso, não se pode desconsiderar que a participação ativa da empresa no processo de construção dos projetos pode impulsionar uma mobilização popular até então adormecida, além de ser uma forma legítima de exercício do seu papel como ator social. Optando por escolher projetos por vias menos participativas como na seleção pública, ainda assim a empresa pode fazer refletir a sua estratégia de promoção do desenvolvimento local nos critérios para seleção dos projetos, conforme pontuado pela entrevistada ENT4.

De acordo com o que foi dito por uma das entrevistadas, uma vez que a estratégia corporativa contemple a



preocupação com a promoção do desenvolvimento sustentável, a tendência é que isso se desdobre em todos os processos e ações da empresa, podendo alcançar inclusive a estratégia de investimento social. Apesar disso, embora tenha estabelecido expressamente em sua missão e visão o compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua e apesar de ter participado ativamente da elaboração e posteriormente da divulgação da ISO 26000, não foi possível verificar a existência de uma relação direta entre o investimento social realizado pela empresa de energia e a propulsão do desenvolvimento sustentável de uma determinada localidade.

Do ponto de vista da coordenadora do projeto da EFTUR, o projeto contribuiu e continua contribuindo na mudança da cultura do turismo na comunidade e na região, o que, segundo ela, resulta em contribuição para o desenvolvimento local sustentável do município de Anchieta. Para ela, essa observação pode ser confirmada pela pesquisa realizada com os alunos egressos, pelo alargamento do raio de atração de alunos (a escola recebe atualmente diversos alunos de municípios vizinhos), pelo reconhecimento da SEDU em autorizar e cancelar o curso e pelo número de estabelecimentos que buscam os egressos da escola para compor seu quadro funcional.

Pode-se concluir que a parceria entre a empresa de energia e a organização não governamental foi exitosa do ponto de vista da promoção do desenvolvimento local, confirmando que com os programas e critérios vigentes na empresa para escolha de projetos sociais, a contribuição para o desenvolvimento sustentável por meio do ISP é circunstancial e tem acontecido na medida em que os projetos patrocinados sejam bem-sucedidos nesse aspecto, a despeito do seu potencial de contribuição para a promoção do desenvolvimento local não se constituir num critério direto de seleção.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALVES, Juliane Aguilar de Castro. **Desenvolvimento local nas comunidades situadas em áreas de influência da Petrobras no estado do Espírito Santo. 2012.** 81 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão). Centro Tecnológico. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000:** Diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro, 2010.
- DOS SANTOS, Tânia Steren. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 120-156, jan./jun. 2009.
- GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **O investimento social privado.** Disponível em: [http://www.gife.org.br/ogife\\_investimento\\_social\\_privado](http://www.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado). Acesso em: 18 nov. 2011.
- HAIR Jr., Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2007.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Bases de dados.** Disponível em: <http://www.ijns.es.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2011.
- LIMA, V.R. de; MARINHO, M.; BRAND, A. História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. **História & Perspectivas**, Uberlândia (36-37): pp.363-388, jan. dez. 2007.
- MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local.** Campo Grande, Vol. 3, N. 5, pp. 51-59, Set. 2002.
- MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO. **Escola Família Turismo.** Disponível em <http://www.mepes.org.br/eftur.html>. Acesso em 20 de maio de 2012.
- PATEO, Felipe, SÍGOLO, Vanessa. **Um estudo sobre desenvolvimento local solidário: Conceitos e estratégias.** São Paulo: ITC-USP, 2006.
- PFEIFFER, Cláudia Ribeiro. **Parceria público-privado: alternativa plausível na resolução de problemas das cidades brasileiras?** Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: [http://www.mpprio.com.br/downloads/CPfeiffer-Parceria\\_publico-privado.pdf](http://www.mpprio.com.br/downloads/CPfeiffer-Parceria_publico-privado.pdf). Acesso em: 18 dez. 2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA. **Dados socioeconômicos.** Disponível em [http://www.anchieta.es.gov.br/mat\\_vis.aspx?cd=6535](http://www.anchieta.es.gov.br/mat_vis.aspx?cd=6535). Acesso em 02/06/2012.
- SAMPIERI, Roberto Hernández, et al. **Metodología de la investigación.** México, Mc Graw Hill, Cap. 4 e 5, 1994.
- TRIGILIA, Carlo. Social capital and local development. **European Journal of Social Theory** 4(4): pp.427-442, 2001.
- WILLERS, E., LIMA, J., STADUTO, J. Desenvolvimento local, empreendedorismo e capital social: o caso de Terra Roxa no estado do Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 1, pp. 45-54, jan./jun. 2008.



## PRIVATE SOCIAL INVESTING MANAGEMENT IN LOCAL DEVELOPMENT PROJECTS- THE CASE OF A TOURISM SCHOOL IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

---

### Abstract

*The business-society interaction model has been largely discussed from a sustainable local development perspective, on the premise that no civil society organization, for profit or nonprofit, can survive in a unstable and unequal environment. At the same time, businesses have increasingly assumed the role of common good providers and have been called upon for social actions as much by the public as by the government. In this scenario and in a context in which corporate social responsibility should contribute to sustainable development, the question that presents itself is how a large business can reconcile its own interests with the needs and expectations of the government and local communities. The objective of this article was to verify the private social investment contribution towards local development through joint actions with a large energy company and a technical Tourism schools in the city of Anchieta, in the state of Espírito Santo. In order to reach our proposed aim, qualitative exploratory research was chosen, originally limiting the sample to six institutions whose work is prominently related to promoting local development in their respective communities and even deal with the Promotional Education Movement of Espírito Santo (MEPES) and the Family Tourism School project (EFTUR). Managers of the selected institutions and professionals who work/worked as social project managers were interviewed.*

**Keywords:** Social Responsibility, Tourism, Sustainable Local Development

---